

**Aires Antunes Diniz**

**Organização de Empresas e Aplicações de Gestão**

**Módulo 6 – Introdução à Contabilidade**

**2010**

## Índice

Apresentação.....	2
1 – Noção de Contabilidade.....	3
2 – Património.....	3
3 – O Plano Oficial de Contabilidade/ Sistema de Normalização Contabilística	4
3.1 – As contas.....	4
3.2 – Algumas críticas .....	5
4 – Inventário e Balanço .....	8
4.1 – O Inventário .....	8
4.2 – Balanço .....	10
5 - Factos Patrimoniais .....	11
5.1 – Os resultados da empresa.....	11
5.2 – Demonstração de Resultados Líquidos.....	12
6 – A Escrituração no Razão.....	12
6.1– Representação da Conta.....	12
6.2 – A Movimentação das contas .....	13
6.3 – Registo de Operações no Razão.....	13
6.4 A Elaboração dos Balancetes.....	14
Exercícios de Aplicação.....	17
Referências.....	20

## *Apresentação*

De acordo com o programa “Com este módulo pretende-se estabelecer um primeiro contacto com a disciplina de contabilidade e sensibilizar os alunos no tratamento de toda a temática organizativa e contabilística de qualquer organização ou empresa.” Aí se define também como:

### **“Objectivos de Aprendizagem**

- Conhecer as principais funções de contabilidade
- Definir património
- Distinguir elementos patrimoniais activos de passivos
- Determinar o valor do património
- Dar a noção de inventários
- Elaborar inventários
- Definir conta
- Distinguir tipo de contas
- Distinguir Activo, Passivo e Capital Próprio
- Identificar a equação fundamental da contabilidade
- Distinguir balanço inicial de balanço final
- Elaborar balanços
- Dar a noção de débito, crédito de uma conta
- Definir e calcular saldo de uma conta
- Movimentar contas
- Distinguir variações permutáveis de modificáveis
- Elaborar balancetes
- Dar a noção de Custos e proveitos
- Distinguir custos de proveitos
- Proceder ao apuramento de resultados
- Apurar o Resultado Líquido do Exercício.

Segue-se nele a definição do:

### **3. Âmbito dos Conteúdos**

- **Funções e divisões de contabilidade**
- **Estática patrimonial**
- Património
- Representação do património
- Inventário
- Balanço
- **Registo e movimentação de contas**
- Variações permutativas
- Variações modificativas
- **Balancete de verificação e balancete final**
- **Balanço e Demonstração de Resultados**

Para cumprir este programa foi já adaptado um PowerPoint encontrado na Internet e apresentado nas aulas. Foi ainda apresentado um código de contas e uma ficha de trabalho de classificação de elementos patrimoniais. Tudo isto se insere no âmbito de um módulo de Introdução à Contabilidade.

## ***1 – Noção de Contabilidade***

A noção de contabilidade é fundamental para que saibamos registar os factos patrimoniais nos livros ou nos computadores de uma empresa. Para alguns, trata-se de uma ciência de natureza económica, cujo objecto é a análise em termos quantitativos dos factos patrimoniais verificados em qualquer entidade privada ou pública com o fim de obter informações necessárias à gestão dessa entidade.

Para outros, mais modestos, trata-se de uma técnica de registo que permite controlar esse mesmo registo. Para estes, há que criar contas que permitem controlar as diversas partes do património, organizando o registo por assuntos, ou seja, pelo conteúdo específico de cada conta. Assim na conta Caixa regista-se o dinheiro e podemos com ela registar as suas entradas e saídas, controlando a todo o momento o dinheiro que existe. Serve assim para avaliar a situação financeira, mais propriamente a tesouraria da empresa. Pode neste contexto permitir a análise da tesouraria e possibilitar a previsão do que vai ocorrer no futuro, dando indicações muito claras quanto às medidas a tomar para impedir qualquer falta de numerário na caixa. Obriga o gestor financeiro a impor cobranças mais atempadas, reduzir despesas e gastos supérfluos e a encetar atempadamente processos de obtenção de créditos.

Podemos assim dizer que nesta e noutras contas, a contabilidade é o registo de factos relativos a determinado assunto, permitindo com isso o controlo, a avaliação e análise das situações por que passa a empresa. Organiza assim um sistema de previsão do futuro que permite a tomada de decisões adequadas na empresa ou entidade pública.

Por tudo isto, a Contabilidade divide-se em Contabilidade Geral com objectivos de controlo financeiro pois regista as relações da empresa com o exterior e ainda a Contabilidade Analítica, pois esta permite calcular custos a partir de contas onde regista todos os gastos suportados por cada actividade e/ou produto.

Com as duas contabilidades anteriores, cada empresa pode fazer previsões e organizar orçamentos para cada conta ou grupo de contas. É o que em conjunto vão permitir estruturar uma gestão orçamental de toda a empresa. Estamos assim perante a contabilidade previsional ou orçamental.

## ***2 – Património***

Como ponto de partida do estudo da contabilidade, estuda-se o património como conjunto de bens, direitos e obrigações, ou seja, elementos administrados com um certo objectivo e pertencentes a certa entidade, que os pode usar para ganhar dinheiro ou fazer alguma actividade socialmente útil. Os bens e direitos constituem o activo, ou seja, são os elementos que a empresa usa para prosseguir as suas actividades. As obrigações constituem o passivo. É o que a empresa deve a terceiros como resultado da sua actividade comercial. Quando queremos calcular o valor do património somamos os valores activos e subtraímos o total dos valores activos. Este valor é o Capital Próprio da Empresa. Temos assim três grandes massas ou agregados contabilísticos: o Activo, o Passivo e o Capital Próprio. Com eles se faz a equação fundamental da Contabilidade:

$$A = P + \text{Capital Próprio}$$

Quando queremos fazer o inventário, ou seja, a lista de todos os elementos patrimoniais, separamos para um lado os bens e os direitos, que somados são o activo. Somando as obrigações temos o passivo. Com esta lista e sem mais ordenação alguma

temos o inventário corrido. Ou seja, é elaborado de corrida, ou seja, sem qualquer preocupação de arrumar os valores por características comuns.

### ***3 – O Plano Oficial de Contabilidade/ Sistema de Normalização Contabilística***

O plano oficial de contabilidade é um documento legal, que esteve em vigor até 31 de Dezembro de 2009, e que nalguns casos ainda define as contas que as empresas devem usar no seu dia-a-dia. É válido por isso durante mais alguns meses. Traduzidas para uma nova terminologia – a do SNC, são por isso continuamente obrigatórias. Avizinha-se ou melhor está em vigor um novo sistema em que há um plano ou código de contas novo que já conhecem em projecto.

Os dois códigos ou planos de contas seguem uma lógica que determina que as contas estão todas numeradas, sendo as iniciadas por 1 as contas de disponibilidades, que são organizadas por sua vez entre as mais disponíveis e as menos disponíveis. Seguem-se as contas de terceiros, iniciadas sempre pelo número 2, onde as primeiras são as de clientes, seguidas das de fornecedores. As contas de existências, agora designadas por inventários, são designadas pelo número três e as de imobilizado pelo número 4. Já as contas de Capital têm o número inicial 5 e a seguir outros dígitos que distinguem os diversos tipos de capital. Neste plano, as contas de balanço têm números iniciados por um dígito de 1 a 5.

Por fim, as contas de custo começam sempre pelo número 6 e as de proveitos pelo número 7. As contas de resultados distinguem-se de todas as outras por terem no início o número 8. São no SNC reduzidas a uma única conta.

Cada número de dígitos indica o grau de generalidade de cada conta. Assim as contas mais gerais têm dois dígitos. As contas de três ou mais dígitos indicam um carácter mais específico e uma situação mais particularizada.

Antes o plano oficial de Contabilidade ou o SNC agora em vigor têm assim uma estrutura lógica, uma vez que permite o seu uso fácil pelos diversos utilizadores das informações prestadas pela escrituração das empresas.

O SNC segue uma terminologia e uma prática contabilística

#### **3.1 – As contas**

Em qualquer plano contabilístico, as contas que podemos usar no activo, ou seja, os dispositivos de registo com certas designações bem claras para certos elementos homogéneos, podem permitir que os valores dos elementos patrimoniais possam ser arrumados e somados por esta razão.

Temos assim uma parte chamada de Imobilizado para designar os elementos patrimoniais que não podemos vender ou dar pois sem eles a empresa não pode funcionar. Seguem-se aqueles que podemos vender, gastar, dar ou até destruir são o activo circulante que engloba as existências, que são os elementos patrimoniais destinados à venda ou ao consumo. Também somos levados a vender a crédito ou a conceder crédito para permitir a vida normal da empresa e as dívidas daí resultantes são registadas nas contas de Dívidas de Terceiros. Os títulos financeiros que representam partes de outras empresas ou dívidas destas, e que compramos para obter lucros com a sua venda vão para a conta Títulos Negociáveis. O dinheiro que está no banco ou que está em caixa vai para Depósitos Bancários e Caixa. Finalmente, as dívidas para com terceiros vão para Dívidas a Terceiros. Todas estas contas constituem o capital circulante. Estamos assim preparados para classificar os elementos patrimoniais e fazer

a sua listagem agrupando-os de acordo com esta classificação. Obteremos então um inventário classificado.

Antes, com o POC podíamos ainda dividir o Imobilizado em Imobilizado Incorpóreo, Imobilizado Corpóreo e Investimentos Financeiros. Especificar as existências como Mercadorias. Dividir as Dívidas de Terceiros em Clientes, Estado e Outros Entes Públicos e, ainda, Outros Devedores. Os Títulos Negociáveis podem ser subdivididos em Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria. Os Depósitos Bancários e Caixa em Caixa, Depósitos à Ordem e Depósitos a Prazo. As Dívidas a Terceiros podem subdividir-se em Fornecedores, Empréstimos Obtidos, Estado e Outros Entes Públicos e Outros Credores.

Estávamos assim preparados para fazer Inventários Classificados. Continuamos preparados com o SNC visto que podemos traduzir rapidamente os títulos das contas para este novo sistema. Existem já alguns livros de ajuda a esta transformação como o de Pedro de Jesus Rodrigues e Rui Pinto Ferreira publicado em Dezembro de 2009.

Exercício:

Aplique agora a nova nomenclatura das contas em vigor a partir de um de Janeiro de 2010, tal como lhe é apresentado pelo Código de Contas já fornecido ou pelo que está agora em vigor, traduzindo as contas do POC em novas contas.

### 3.2 – Algumas críticas

As novas metodologias contabilísticas não estão isentas de defeitos, como o demonstrou Hyman Minsky quando criou a Hipótese da Instabilidade Financeira, algo de que ninguém quis saber até ao momento em que a actual crise financeira deixou de ser controlável pelos bancos centrais. Esta situação é explicável pela “criação do crédito bancário, a contabilidade da avaliação permanente a preços de mercado, os mercados de activos financiados por dívida, a dependência cíclica de *spreads* do crédito, a procura motivada pela escassez e a procura motivada pelo preço, todos fornecem mecanismos de reacção positiva com o potencial de levar os mercados financeiros a comportarem-se de forma inconsistente com a teoria dos mercados eficientes” (Cooper, 2009, pág. 103).

Tendo-nos deixado no vazio sobre a forma de fazermos da contabilidade um instrumento regulador da crise, começamos por falar sobre as *virtudes* e *pecados* de aplicarmos “a contabilidade da avaliação permanente a preços de mercado”. Tentaremos por isso descobrir como a contabilidade pode ser um elemento estabilizador e até regulador da crise, tornando-se um elemento limitador da geração de ficções.

Contudo, alguns pegam em “inovações” do SNC como os ganhos e perdas por imparidade como elementos de uma “contabilidade da avaliação permanente a preços de mercado” que podem criar ficções perigosas e por isso potenciadoras de crises.

De facto, são elementos fundamentais da análise dos investimentos os diversos documentos financeiros, cuja qualidade é o resultado do trabalho contabilístico estruturado por uma organização de registo com as suas contas e regras de registo. Por isso convém analisar criticamente na sua conceituação e funcionamento.

Neste contexto, a introdução do Sistema de Normalização Contabilística é o momento crucial na rearrumação dos dados e práticas contabilísticas, e só para que se tornem mais credíveis e possam permitir o desfazer dos mitos que geraram a crise. Contudo, alguns professores de Contabilidade, numa atitude displicente, como é o caso de Carlos Batista da Costa e Gabriel Correia Alves, conhecedores já das novidades do SNC, em 27 de Outubro de 2008, reduzem-nas a pouco mais do que algumas alterações

terminológicas não lhe dando grande importância prática. Mas, o ensino da contabilidade no ensino secundário e básico é um elemento fundamental para a consolidação e aprofundamento da literacia contabilística, boas práticas administrativas e, finalmente, para o bom e assisado desempenho dos gestores. Apesar de termos de ter em linha de conta o saber de Carlos Batista da Costa e Gabriel Correia Alves que espalham em mais de mil páginas, temos que ter em atenção as recomendações que o SNC nos faz e analisá-las criticamente. Usaremos para isso a edição da Porto Editora na sua segunda edição de Dezembro de 2008 e também *SNC – Todas as Perguntas e Respostas*, Porto Editora, Porto, Dezembro de 2009.

Não sendo necessário nem possível no presente contexto fazer a sua análise rigorosa e exaustiva, é de realçar que na página 218, coluna 1 da segunda edição do SNC, se faça a notícia de que é possível escolher uma moeda de apresentação como “a moeda na qual as demonstrações financeiras são apresentadas” (SNC, 2008).

Dá-nos assim a possibilidade de escolhermos o referencial mais seguro para determinarmos as possíveis e agora frequentes perdas por imparidade em todos os tipos de activo de uma empresa. Infelizmente, só criou contas deste tipo para os activos fixos, deixando de fora todos os outros, as matérias-primas e mercadorias, os investimentos e aplicações de dinheiro e até a provável quebra da moeda, que a crise pode provocar e uma vez que o valor da moeda é cada vez mais volátil no mercado monetário.

Tal como Arquimedes, com este ponto fixo – a moeda, podemos mudar o mundo, ou seja, podemos colocar nela a alavanca que faz andar a economia e que é a boa contabilidade. Contudo, ao longo das diversas designações que a Comissão de Normalização Contabilística foi atribuindo notamos algumas distrações e algumas falhas, que podem tornar difícil e geradora de erros a classificação de elementos e situações patrimoniais e reituais, gerando confusões e análises deficientes da gestão empresarial. De facto, como em tudo na vida, a Má Contabilidade associada a uma má moeda expulsa a Boa Contabilidade, a que assenta numa boa moeda.

Na verdade, tal como acontece com a Moeda, em que a Má expulsa a Boa, as regras impostas por empresários pouco escrupulosos, geram situações catastróficas como a do caso Enron. É o que Stanley Bing em 2007 confirma ao escrever: “amiúde me irritam os grandes, enormes mestres do excesso, como Dennis Kozlowski<sup>1</sup>, enquanto não sinto mais do que um vago desprezo pelos mestres da ganância egoístas, como a gestão de topo da Enron, particularmente a figura de Kenny Boy Lay, e um grande medo por alguns dos poderosos agora no poder, ao ponto de nem sequer dizer os seus nomes. Todos sabemos muito bem quem são” (pág. 86).

De facto, se usado por um poder perverso, o medo é gerador de perdas catastróficas pois as linhas determinantes das relações de poder inquinam a contabilidade, permitindo a perversão de regras da contabilidade, incluindo as da International Accounting Standards Committee Foundation (IASCF) que agora inspiram o SNC. Na verdade, a IASCF, em 14 de Julho de 2009, muito preocupada com a crise, propôs medidas de simplificação para melhorar a qualidade das demonstrações financeiras<sup>2</sup> e, infelizmente, essa preocupação natural não é partilhada pela nossa Comissão de Normalização Contabilística.

É o que nos parece através de uma leitura atenta do SNC.

---

<sup>1</sup>Dennis Kozlowski, director executivo da Tyco, foi condenado a oito anos de prisão por ter gasto em benefício próprio mais de 400 milhões de dólares da empresa. (N. do T.)

<sup>2</sup>In [www.iasb.org/News/Press+Releases/IASB+proposes+improvements+to+financial+instruments+accounting.htm](http://www.iasb.org/News/Press+Releases/IASB+proposes+improvements+to+financial+instruments+accounting.htm), acesso em 16 de Julho de 2009.

Por outro lado, é sabido que os activos das empresas financeiras são o resultado de congeminações e manipulações de activos de diverso tipo, autênticos livros de ficção que ninguém na realidade leu, nem sequer os CEOs, os administradores das empresas.

De facto, Jacques Attali<sup>3</sup> (2008, págs. 54-55) culpa os criadores destas ficções, ou seja, dos activos tóxicos, os derivados, porque “construídos sobre fórmulas muito complicadas, (que) foram-se tornando cada vez menos compreensíveis mesmo para os próprios dirigentes dos bancos que os promovem. Algumas instituições financeiras propõem aos seus clientes títulos deste género cuja descrição consta de um manual de 150 páginas que nenhum quadro de banco compreende nem controla”. Explica-nos a seguir que os gestores ganham em função dos ganhos, mas nada perdem quando há perdas. Essas são só para os accionistas e como se verificou para os investidores que caíram nas balelas que eles inventaram. Participam também na criação destas ficções as empresas de *rating*, que ao classificarem como bons certos investimentos ficam a ganhar, pois quem lhes paga são quem vende estes activos aos investidores. Proliferaram por isso os activos tóxicos que, enquanto não forem reduzidos ao seu valor, continuam a inquinhar a economia global.

Por isso, Attali (2008, pág. 75) informa-nos que em Setembro de 2008, “de acordo com as novas directivas IFRS, todas as outras instituições financeiras seriam obrigadas a valorizar imediatamente os seus activos a esses níveis, reduzindo o valor em bolsa e, por aplicação dos acordos de Basileia, a sua capacidade de emprestar”. Note-se que “International Financial Reporting Standards” (IFRS) são normas internacionais de contabilidade, um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo IASB (International Accounting standards Board)<sup>4</sup>, agora adoptados pelo SNC. Mais adiante, Attali (2008, pág. 80), esclarece ainda mais o problema das normas contabilísticas, escrevendo: “As críticas não se fizeram esperar no país<sup>5</sup>, no Congresso e no Senado. Vieram da esquerda: como distinguir as dívidas “boas” das “más”? Que quer dizer “preço justo”.

Na verdade, neste conceito está o “calcanhar de Aquiles” do SNC, onde é traduzido por justo valor que foi aprovado pelo Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, sem atender a todas as lições desta crise e sem suscitar a necessária discussão pública. Confiemos por isso com cautela prudente no recurso previsto neste Decreto -Lei Às NCRF e NI; às NIC, adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho; às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC – IFRIC (pág. 4384 do *Diário da República*, 1.ª série — N.º 133 — 13 de Julho de 2009), pois a IASB promete estar atenta.

Mas, não confiemos só.

A crise vai continuar até expurgar todo o pus resultante da má contabilidade.

Por outro lado, como o demonstram Seabra e Rodrigues (2008), as empresas não podem limitar-se a apresentar a sua contabilidade financeira. Têm de apresentar contas sobre a forma como cumprem a sua responsabilidade social, expressa na forma como tratam questões como o ambiente e como apoiam diversas organizações sociais e

---

<sup>3</sup> Jacques Attali ([Argel, 1 de Novembro de 1943](#)) é um economista francês e um escritor profícuo sobre diversos temas, incluindo sociologia e economia mas também romances, biografias e até mesmo livros infantis. Destacou-se também por ter sido conselheiro de [François Mitterrand](#) com apenas 27 anos. Oriundo de uma família judia, é doutorado em ciências económicas e licenciado pela [École Polytechnique](#) (major de promotion), da [École des Mines](#), do [Institut d'études politiques de Paris](#) e da [ENA](#). In [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques\\_Attali](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques_Attali), acesso em 3 de Janeiro de 2010.

<sup>4</sup> Ver [http://pt.wikipedia.org/wiki/International\\_Financial\\_Reporting\\_Standards](http://pt.wikipedia.org/wiki/International_Financial_Reporting_Standards), acesso em 16 de Julho de 2009.

<sup>5</sup> Os Estados Unidos da América.



políticas. Neste processo têm de cumprir as normas emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Estas são emitidas por esta entidade para permitir a correcta determinação das responsabilidades sociais já que estas têm implicações nos resultados financeiros.

Têm que conseguir viver bem com a sociedade envolvente, embora isso pouco valha quando são atingidos por escândalos que podem deitar a perder anos de bom trabalho neste aspecto.

#### **4 – Inventário e Balanço**

As empresas têm de elaborar no fim do ano dois documentos, um, o inventário, faz o retrato físico dos valores da empresa, outro, o balanço, faz o seu retrato financeiro ao comparar o activo com o passivo e indicando em destaque o Capital Próprio, ou seja a tradicional situação líquida. Trata-se de documentos que permitem controlar os haveres de uma empresa e até para apurar resultados ou tão só para os conferir.

##### **4.1 – O Inventário**

O inventário é uma relação dos elementos patrimoniais afectos à actividade comercial, devidamente quantificados e classificados. Podem quanto à extensão ser gerais ou parciais. Quanto à apresentação podem ser como já vimos classificados ou corridos. Também quanto à disposição podem ser verticais se forem apresentado o Activo ao lado do Passivo. No caso de começarmos com o Activo, se o somarmos e se continuarmos o trabalho listando o passivo, somando-o todo no fim temos o dispositivo horizontal.

Para fazermos o Inventário, começamos pela **identificação** de cada elemento que nos vai permitir fazer a sua **valorização**. Podemos a seguir fazer a sua **classificação** de acordo com as contas e grupos de contas. Chegamos então à fase da apresentação em que fazemos a **descrição** do Património de acordo com o dispositivo escolhido. Com esta *fotografia* do património da empresa podemos então dizer algo sobre o peso do circulante em relação ao imobilizado e compará-lo com o passivo. Podemos dizer se está tudo bem, ou se existe muita gordura nalguns pontos da empresa, ou se a devemos engordar outros pontos. Estamos assim preparados para a gerir.

Em empresas muito pequenas podemos apurar resultados comparando dois inventários. É o caso particular das empresas agrícolas em que comparamos dois patrimónios biológicos. Trata-se de algo que agora é autonomizado no SNC que criou rubricas específicas para esta realidade.

Na apresentação do Inventário Classificado de 31 de Dezembro de 2009 podemos e devemos usar o modelo do POC, mas logo em 1 de Janeiro de 2010 devemos traduzi-lo para o modelo de Balanço apresentado pelo SNC.



Elemento Patrimonial	Importância
Dívida de Francisco Lopes por compra de presuntos	130.000\$00
Dívida à Probir – Presuntos de Mira	890.000\$00
Letra aceite ao Fornecedor António dos Queijos Lda	789.000\$00
Edifício para armazém e escritório	8.340.000\$00
Carrinha Frigorífica	4.578.000\$00
Dinheiro para pequenas despesas à guarda do fiel do Armazém	67.089\$00
Dinheiro no escritório	345.890\$00
Trespasse do estabelecimento	1.500.000\$00
Depósito no Banco de Comércio	456.990\$00
Queijos de diversa qualidade	567.434\$00
Presuntos de Chaves	645.243\$00
Saque sobre António Duarte, Serviços de Restauração, Lda	450.000\$00
Depósito no BPA	567.000\$00
Cofre-forte	67.900\$00
Depósito a Prazo no BPI	567.000\$00
Empréstimo Obtido no Banco de Comércio	10.000.000\$00
Presuntos da Beira Alta	678.000\$00
Dívida do Restaurante da Serra	590.700\$00
Edifício do escritório	3.788.900\$00
Diverso mobiliário de escritório	1.234.000\$00

- Elabore o inventário corrido.
- Classifique os diversos elementos patrimoniais por contas, grupos de contas, massas parciais e massas gerais.
- Elabore e apresente o Inventário.
- Analise a situação patrimonial, dizendo a sua opinião acerca do peso do imobilizado em relação aos restantes grupos de contas.

#### 4.2 – Balanço

O balanço é um documento obrigatório para os comerciantes, que devem por isso fazer a escrituração do que se passa diariamente na sua empresa. Esta é necessária para que no final o possam apresentar a quem de direito ou usar na sua gestão financeira. Nesse documento, colocam-se de modo resumido todos os dados que foram apresentados no inventário classificado.

Na verdade, em vez de apresentar um a um cada dos elementos patrimoniais, estes são somados e resumidos por contas e grupos de contas. Assim para cada conta são apresentados os valores totais dos elementos patrimoniais. Com elas, também os totais dos grupos de contas são apresentados num dispositivo, que é vertical de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, ou seja, em que o activo é colocado ao lado do passivo. Diferentemente do inventário é colocado ao lado do activo mais imobilizado, ou seja, aquele que não podemos vender ou ceder, o valor do capital próprio, que é o capital que pertence aos donos da empresa quer por o terem entregado no início ou durante a sua actividade ou quer por o terem ganho como lucro e deixado ficar na empresa para reforçarem o seu capital.

Em termos gerais, à esquerda coloca-se o activo por ordem crescente de liquidez. Ou seja, colocam-se primeiro os valores mais imobilizados e sequenciam-se todos os valores de modo que no final apareçam os valores mais líquidos ou seja os mais fáceis de serem transformados em dinheiro e que até podem ser dinheiro.

Temos assim no lado do Activo em primeiro lugar os valores imobilizados e a seguir os valores circulantes, ou seja, os que vamos mudando em cada dia como resultado da gestão empresarial.

No lado direito, colocamos em primeiro lugar, os valores do capital inicial da empresa e também os resultados da sua actividade, que terão valor positivo se tivermos obtido em geral lucro, mas pode acontecer que tenhamos perdido mais do que o que ganhámos e nesta situação, os resultados podem ter sinal negativo. Segue-se só então o valor do passivo, ou seja, o valor das dívidas contraídas na actividade empresarial, que são ordenadas por ordem crescente de exigibilidade.

Como equação matemática, o balanço é uma igualdade entre o activo e o total do capital próprio da empresa e o seu passivo e em qualquer circunstância esta igualdade mantém-se. Temos assim nalgumas circunstâncias, dado que o passivo e o activo ou são positivos ou nulos, que o capital próprio pode ser negativo, nulo ou positivo conforme o passivo for superior ao activo, igual ou inferior.

Convém agora explicar como é que isto pode acontecer:

Tudo resulta da vida arriscada dos negócios, em que umas vezes perdemos dinheiro e outras vezes o perdemos em transacções comerciais.

Como forma alternativa de determinar se houve ganhos ou perdas comparam-se dois balanços quase sempre o inicial e o final para ver se houve ganhos ou se tudo se resumiu a perdas.

## ***5 - Factos Patrimoniais***

Os factos que afectam a vida de uma determinada empresa com repercussões no seu património são designados por factos patrimoniais. Uns afectam só o activo, o passivo ou os dois em simultâneo e não alteram o valor do capital próprio, ou seja, o valor do património, só alteram a sua composição. Chamam-se por isso factos patrimoniais permutativos ou qualitativos. Referem-se quase sempre a compras e a pagamentos ou recebimento de dívidas. Outros, afectam o activo e/ou o passivo e também o capital próprio, aumentando-o ou diminuindo-o. São por isso designados por factos patrimoniais modificativos ou quantitativos pois alteram não só a composição do património, mas também o seu valor. Referem-se quase sempre a vendas de bens e serviços da empresa das quais resultam ganhos e perdas conforme as circunstâncias.

### **5.1 – Os resultados da empresa**

Contudo, os factos patrimoniais modificativos não têm todos a mesma natureza, umas vezes têm a ver com os processos correntes da empresa, mais propriamente com as operações para as quais a empresa foi pensada, outras vezes referem-se aos aspectos financeiros. Também podem resultar de factos fortuitos que podem originar perdas ou ganhos inesperados. Por isso, o POC, no primeiro caso, obrigava até 31 de Dezembro de 2009 ao registo numa conta específica de um lado os custos operacionais da empresa. Eram os que resultam das operações normais da empresa que são suportados com o objectivo de obter os proveitos operacionais e que são a actividade normal da empresa.

É naturalmente desta actividade que vêm os lucros e os proveitos normais da empresa que, por isso, são ainda designados por resultados operacionais.

Por outro lado, sem contudo ser a sua actividade principal, a empresa pode obter ganhos financeiros cobrar juros aos clientes ou por obter descontos de pronto pagamento a fornecedores. Também suporta naturalmente juros referentes às dívidas contraídas e que constam do seu passivo. Estes custos e perdas financeiras são

comparados com os ganhos e proveitos financeiros, dando assim origem a resultados financeiros que podem ser prejuízos ou lucros.

Também a empresa pode ter perdas e custos extraordinários que regista em contas específicas e que compara com os prováveis ganhos e proveitos extraordinários. Com esta comparação, determina os resultados extraordinários que como é natural podem ser prejuízos ou lucros.

Finalmente, junta todos os resultados anteriores, com os respectivos valores numa conta de resumo, designada por Resultado Líquido do Exercício, apurando-o então e é esta conta que vai colocar no capital próprio com o sinal positivo ou negativo conforme o caso.

Tudo isto aparece simplificado no SNC como podemos ver em *SNC – Todas as Perguntas e Respostas* de Dezembro de 2009.

## **5.2 – Demonstração de Resultados Líquidos**

As empresas, a par do balanço, são obrigadas a produzir contabilisticamente um documento onde apresentam e evidenciam os custos e proveitos por natureza, as perdas e ganhos de exercícios anteriores que antes não determinaram, demonstrando assim perante os interessados como obtiveram os resultados do exercício.

Este documento, tal como o balanço, tem um formato definido pelo Plano Oficial de Contabilidade e este vem claramente apresentado e a empresa deve colocar no respectivo lugar o valor determinado contabilisticamente em cada conta.

Fica assim à disposição dos interessados um resumo do que aconteceu na empresa ao longo do ano, explicando sumariamente as razões que levaram uma empresa a ter um determinado lucro ou prejuízo. Para os donos e/ou gestores da empresa é um elemento fundamental para a tomada de decisões futuras quanto às medidas de longo e curto prazo para que a empresa melhore os seus resultados. A par do balanço que evidencia a forma como se usam os recursos da empresa, permite tomar medidas a curto, médio e longo prazo.

## **6 – A Escrituração no Razão**

O trabalho prático que a contabilidade realiza concretiza-se pelo registo ou escrituração dos factos patrimoniais num livro que designamos por Razão. Como antigamente, antes de existirem computadores, este trabalho era feito à mão com letras muito bem desenhadas para que não houvesse dúvidas, é designado por escrituração.

### **6.1– Representação da Conta**

Neste livro designado por Razão, quando aberto, na parte esquerda, ou seja, na folha par, que tem em cima escrito deve, fazemos registos que se designam por débitos. Na parte direita, ou seja na folha impar, temos a encimar a palavra haver e registam-se nesta parte os créditos nas contas. Em cima, indicamos o nome e o número da conta para a identificarmos inequivocamente.

Esquemáticamente temos um T, onde do lado esquerdo registamos débitos, ou seja, debitamos, e do lado direito os créditos, ou seja, creditamos. Em cima do T escrevemos o nome da conta.

Contudo, os débitos e os créditos têm significados diversos conforme são contas de activo, passivo, capital próprio, custos ou proveitos.

## **6.2 – A Movimentação das contas**

As contas são movimentadas com regras muito claras que se podem enunciar ou dizer assim:

As contas do activo são debitadas pelos aumentos e são creditadas pelas diminuições. Assim quando recebemos dinheiro debitamos a conta caixa. Se pagarmos alguma coisa creditamos. O valor inicial de caixa vai para o débito. Assim somados os débitos e créditos, a diferença entre a soma de uns e de outros é designado por saldo, sendo aqui o saldo de caixa. Indica neste caso o valor em dinheiro que a empresa dispõe num determinado momento.

Por outro lado, as contas do passivo são creditadas pelos aumentos e são debitadas pelas diminuições. Assim quando registamos na conta de fornecedores as compras a crédito, que são aumentos de dívida, creditamos. Quando pagamos, ou seja, se diminuirmos a dívida, debitamos a conta. Antes, quando abrimos a conta colocamos a crédito a dívida existente para com os fornecedores.

Em contrapartida, na conta de mercadorias que aumentou por esta compra, debitamos. Quando quisermos saber o valor em dívida basta somar débitos e créditos e fazer a diferença para de imediato sabermos a quanto monta em termos gerais a nossa dívida para com os fornecedores. Na conta de mercadorias, onde registamos as entradas de mercadorias por débitos e as saídas com créditos, se registarmos o valor inicial das mercadorias a débito, somados os débitos e créditos e feita a diferença entre um e o outro temos o valor da mercadoria na posse da empresa.

Também as contas de custos se movimentam como as contas de activo. Pelo contrário, as contas de proveito são registadas como as contas de passivo.

## **6.3 – Registo de Operações no Razão**

Ao longo do trabalho de escrituração ou seja de registo de operações vamos construindo o filme da vida da empresa que é feito de factos patrimoniais que se vão arrumando por contas. É assim que pelos débitos e créditos nas contas da empresa vamos registando o que se passou em relação a cada um dos assuntos que cada uma das contas regista.

No final, temos nas contas do Activo o valor a débito e a crédito apurado ao longo do ano. O saldo indicará o valor que existe no momento em que fazemos o balanço. O mesmo acontece em relação ao passivo e ao capital próprio. E estes valores vão para o balanço. Por outro lado, os valores registados nas contas de custos e proveitos são elementos essenciais para o apuramento dos resultados, que são obtidos por diferença entre o total de custos e o total dos proveitos. Podemos assim fazer a demonstração dos resultados de acordo com os objectivos da empresa. Estes de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade são apurados em três categorias: Resultados operacionais ou normais, Resultados Financeiros e Resultados Extraordinários.

Temos assim completa uma abordagem breve das diversas contas do razão e da forma como retratam a vida da empresa nos seus múltiplos aspectos.

### **Exercício 2**

Aplique estas ideias às novas do SNC.



Balancete de verificação de existências da X, SA, em 2009-12-31 (euros)

Contas		Total débito	Total crédito	Saldo	
32	Mercadorias	100.000	0	100.000	D
321	Mercadoria A	100.000	0	100.000	D
38	Regularização de existências	0	600	600	C
382	Reg. Exist. mercadorias	0	600	600	C
<b>Total</b>		<b>100.000</b>	<b>600</b>	<b>99.400</b>	<b>D</b>

De facto, é a partir dos balancetes correctos que podemos elaborar os balanços e as demonstrações de resultados e assim ter uma ideia muito clara da situação da empresa, um elemento fundamental para podermos estruturar e planear medidas correctivas e transformadoras da gestão da empresa.

Por outro lado, terão de existir contas de apuramento da situação fiscal como é o caso do IVA que permitam distinguir bem as situações de dívida e determinar as quantias a receber e a pagar.

Balancete rectificado do razão geral da X, SA, em 2009-12-31 (euros)

Contas		Total débito	Total crédito	Saldo	
12	Depósitos à Ordem	45.000	20.000	25.000	D
21	Clientes	200.000	120.000	80.000	D
22	Fornecedores	50.000	120.000	70.000	C
32	Mercadorias			0	D
42	Imobilizações corpóreas	50.000	0	50.000	D
48	Amortizações Acumuladas	0			
51	Capital	0			C
61	CMVMC		0		D
62	Fornecimentos e serviços externos	25.000	0	25.000	D
64	Custos com o pessoal	75.000	0	75.000	D
66	Amortizações do exercício				
68	Custos e perdas financeiras	900	0	900	D
71	Vendas	0	200.000	200.000	C
78	Proveitos e ganhos financeiros	0	2.000	2.000	C
79	Proveitos e ganhos extraordinários	0	500	500	C
<b>Total</b>				<b>0</b>	

Exercício Prático

Insira agora os valores do saldo da conta de Mercadorias e introduza valores possíveis de Custos de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas. Aplique a nova nomenclatura das contas tal como lhe é apresentado pelo Código de Contas já fornecido, traduzindo estas contas em novas contas. Indique as dificuldades que sentiu e explique a razão da sua existência. Faça agora a Demonstração de Resultados de 2009/12/31, aplicando a seguinte tabela:



Código do SNC	2009	

Balanço Final em 2009/12/31

SNC	Activo	2009			NC	Capital Próprio e Passivo	2009
		AB	AP	AL			

Exercício Final

Faça a listagem de todos os objectivos e conteúdos do Programa que não foram focados nestes apontamentos.

## ***Exercícios de Aplicação***

### Trabalho Prático n.º 1

1 – Diga o que é a contabilidade.

2 – Entre as seguintes características da conta caixa diga quais são as vantagens e as desvantagens:

- a) Regista o dinheiro
- b) Registrar as entradas e saídas de dinheiro.
- c) Controlar o dinheiro existente.
- d) Avaliar a situação da tesouraria da empresa.

3.1 - Identifique o activo entre as quatro alternativas:

- a) Conjunto de bens, direitos e obrigações.
- b) Conjunto de bens e direitos.
- c) Conjunto de direitos e obrigações
- c) Conjunto de bens e obrigações

3.2 – Justifique a resposta.

4 – Destas qualidades quais pertencem ao Inventário

- a) lista de todos os elementos patrimoniais, tendo de um lado os bens e os direitos e do outro o passivo;
- b) é a lista das obrigações da empresa;
- c) lista de todos os elementos patrimoniais com os bens e os direitos somados num lado e as obrigações noutra;
- d) lista de elementos patrimoniais com os bens e os direitos somados num lado e as obrigações noutra.

4.2 – Justifique a resposta.

5.1 – Identifique entre as 4 alternativas o imobilizado:

- a) Bens que não podemos ceder;
- b) Lista de elementos para produção;
- c) elementos patrimoniais que não podemos vender ou dar.
- d) Bens necessários;

5.2 – Justifique a resposta.

### Trabalho Prático n.º 2

1 – Identifique o que é o balanço entre as quatro respostas alternativas:

- a) O balanço é um documento obrigatório para os comerciantes, que devem por isso fazer a escrituração do que se passa na sua empresa.
- b) O balanço é um documento não obrigatório para os comerciantes, que não devem por isso fazer a escrituração do que se passa na sua empresa.
- c) O balanço é um documento facultativo para os comerciantes, que podem por isso não fazer a escrituração da sua empresa.
- d) O balanço é um documento obrigatório para todos os cidadãos.

2 – Entre as seguintes características do balanço, diga quais são as vantagens e as desvantagens:

- d) Mostra a situação patrimonial da empresa
- e) Regista o capital próprio num dado momento
- f) Controla o investimento
- d) Avalia bem a situação da tesouraria da empresa

3 - Identifique o balanço entre as quatro alternativas:

d) Documento que mostra os efeitos dos factos patrimoniais no património.  
e) Documento que apresenta os bens e direitos de um lado e no outro o passivo e o capital próprio.

f) Documento que evidencia a liquidez e a exigibilidade  
g) Uma apresentação da relação matemática entre os diversos elementos patrimoniais

4 – Indique destas qualidades quais as que pertencem à demonstração de resultados

- a) lista dos elementos patrimoniais
- b) apresentação resumida dos custos e proveitos
- c) Apresentação resumida e organizada dos diversos resultados da empresa
- d) Um filme ou resumo do que se passou durante o exercício

5 – Identifique entre as 4 alternativas os factos patrimoniais modificativos

- a) Factos geradores de variações dos custos
- b) Factos que registam compras da empresa
- c) Factos patrimoniais relativos a vendas
- d) Compra de bens de imobilizado

6 – Diga se

- a) o registo dos factos patrimoniais é ou não necessário
- b) O Balanço resume e ordena o património
- c) O balanço descreve o património e mostra o capital próprio
- d) Se o balanço tem ou não a ver com a demonstração de resultados

7 – Diga se o balanço serve:

- a) para informar sobre a situação patrimonial não só no início da actividade comercial, mas também durante esta actividade
- b) Para informar sobre o património total no fim e no início do ano económico
- c) Para informar sobre os lucros operacionais
- g) Apoiar a administração na gestão

Trabalho Prático n.º 3

1 – Identifique o que é a Escrituração no Razão entre as quatro respostas alternativas:

- a) O registo ou escrituração dos factos patrimoniais num livro que designamos por Razão.
- b) O trabalho prático que a contabilidade concretiza pelo registo ou escrituração dos factos patrimoniais.
- c) O trabalho prático que a contabilidade realiza escriturando os factos patrimoniais no Razão.

d) O trabalho prático que a contabilidade realiza concretiza-se pelo registo ou escrituração dos factos patrimoniais num livro que designamos por Razão.

2 – Entre as seguintes características da escrituração dos factos patrimoniais no Razão de uma empresa, diga quais são as vantagens e as desvantagens.

- h) Mantém actualizada a situação patrimonial.
- i) Controla a tesouraria.
- j) Controla a mercadoria existente.
- d) Permite defender o património

3 - Identifique a conta entre as quatro alternativas:

- h) Forma de apresentação dos valores existentes com características comuns.
- i) Livro que apresenta os bens e direitos de um lado e no outro o passivo e o capital próprio.
- j) Forma de apresentar a liquidez e a exigibilidade.
- k) Uma apresentação de cada um dos diversos elementos patrimoniais e do capital próprio.

4 – Destas qualidades quais pertencem à conta

- a) registo ordenado dos débitos e créditos
- b) forma de registo de factos relativos a custos
- c) Forma de apresentação dos diversos resultados
- d) Um filme do que se passou na empresa

5 – Identifique entre as 4 alternativas as regras de movimentação verdadeiras:

- a) As contas do activo são debitadas pelos aumentos e creditadas pelas diminuições.
- b) As contas do passivo são creditadas pelos aumentos e debitadas pelas diminuições.
- c) As contas de custos são creditadas pelos aumentos e debitadas pelas diminuições.
- a) Na compra de bens de imobilizado credita-se a conta de activo respectiva

6 – Diga o que é verdadeiro e o que é falso

- a) o débito nos custos não é necessário
- b) O Balanço faz-se com base nas contas
- c) O balanço faz-se com o saldo de cada conta
- d) o balanço nada tem a ver com o razão

7 – Indicando o que é verdadeiro, diga se as contas do IVA informam:

- a) – Sobre a situação fiscal não só no início da actividade comercial, mas também durante esta actividade.
- b) Sobre as dívidas do Estado com a empresa
- c) O património da empresa
- d) Sobre as vendas ocorridas
- e) Apoiam a administração financeira.

**Referências:**

Jacques Attali – *A Crise, e agora*, Tribuna da História, Lisboa, 2009, tradução de *La Crise et après*, Librarie Arthème Fayard, 2008.

Stanley Bing – *Roma S. A. – A Ascensão e a Queda da Primeira Corporação Multinacional*, Lua de Papel, Lisboa, 2007.

George Cooper – *Origem das Crises Financeiras: Bancos Centrais, Bolhas de Crédito e o Mito do Mercado Eficiente*, Lua de Papel, Alfragide, 2009.

Carlos Batista da Costa e Gabriel Correia Alves – *Contabilidade Financeira*, Editora Rei dos Livros, 7ª Edição, Lisboa, 2008.

Pedro de Jesus Rodrigues e Rui Pinto Ferreira – *SNC – Todas as Perguntas e Respostas*, Porto Editora, Porto, Dezembro de 2009.

Miguel Seabra e Jorge Rodrigues, organizadores – *Responsabilidade Social das Organizações: Perspectivas de Investigação*, Edições Pedagogo, Mangualde, 2008.